

“DESEJANTES E DESEJÁVEIS, POR QUE NÃO?”: SEXUALIDADE, GÊNERO, DEFICIÊNCIA NO CINEMA E MAIS ALÉM

“Deseosos y deseables, ¿por qué no?”:
Sexualidad, género, discapacidad en el cine y más allá

“Desiring and desirable, why not?”:
Sexuality, gender and disability in cinema and beyond

RESUMO

Este trabalho problematiza os discursos normativos difundidos em nossa sociedade, marcadamente cis-heteropatriarcal e capacitista, sobre os corpos femininos “deficientes”, refletindo sobre as formas de opressão e exclusão que tais discursos ajudam a (re)produzir. Para tanto, encampa contribuições de Judith Butler e Michel Foucault, entre outros, com base nas quais é analisado o filme japonês 37 Segundos (2020), cuja protagonista é uma mulher com paralisia cerebral que utiliza cadeira de rodas. São também analisados depoimentos sobre o filme e os temas sexualidade e gênero produzidos por mulheres com deficiência que vivem no Brasil. Conclui-se que expor, problematizar e combater o lugar social de invisibilidade destinado a essas mulheres na sociedade contemporânea, em diferentes contextos socioculturais, é uma tarefa urgente. Os frutos desse trabalho podem ajudá-las a enfrentar o desafio de forjar para si mesmas uma existência na qual o exercício da autonomia social e sexual seja potencializado pela ousadia de resistir.

Palavras-chave: Cinema; Relações de gênero; Corporalidades; Sexualidade; Deficiência.

RESUMEN

Este trabajo problematiza los discursos normativos difundidos en nuestra sociedad, marcadamente cis-heteropatriarcal y capacitista, sobre los cuerpos femeninos “discapacitados”, reflexionando sobre las formas de opresión y exclusión que dichos discursos ayudan a (re)producir. Para ello, incluye aportes de Judith Butler y Michel Foucault, entre otros, a partir de las cuales se analiza la película japonesa 37 Seconds (2020), cuya protagonista es una mujer con parálisis cerebral que utiliza una silla de ruedas. También se analizan testimonios sobre la película y los temas de sexualidad y género producidos por mujeres con discapacidad residentes en Brasil. Se concluye que exponer, problematizar y combatir el lugar social de invisibilidad asignado a estas mujeres

IVONE MARIA MENDES SILVA

<http://orcid.org/0000-0002-0058-091X>
E-mail: ivonemnds@gmail.com
Pós-doutora em Educação e Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo/SP.

VANDRIANE CAROLINE TRUYLIO

<https://orcid.org/0000-0001-9501-5800>
E-mail: vandritruylilio@gmail.com
Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Rio Grande do Sul, Erechim/RS.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

en la sociedad contemporánea, en diferentes contextos socioculturales, es una tarea urgente. Los frutos de este trabajo pueden ayudarlas a afrontar el desafío de forjar para sí mismas una existencia en la que el ejercicio de la autonomía social y sexual se vea potenciado por la osadía de resistir.

Palabras clave: *Cine; Relaciones de género; Corporalidades; Sexualidad; Deficiencia.*

ABSTRACT

*This article problematizes the normative discourses widespread in our society, markedly cis-heteropatriarchal and ableist, about “disabled” female bodies, reflecting on the forms of oppression and exclusion that such discourses help to (re)produce. To this end, it includes contributions from Judith Butler and Michel Foucault, among others, based on which the Japanese film *37 Seconds* (2020), whose protagonist is a woman with cerebral palsy who uses a wheelchair, is analyzed. Testimonies about the film and the themes of sexuality and gender produced by women with disabilities living in Brazil are also analyzed. It is concluded that exposing, problematizing and combating the social place of invisibility assigned to these women in contemporary society, in different sociocultural contexts, is an urgent task. The fruits of this work can help them face the challenge of forging for themselves an existence in which the exercise of social and sexual autonomy is enhanced by the daring to resist.*

Keywords: *Cinema; Gender relations; Corporalities; Sexuality; Deficiency.*

INTRODUÇÃO

No presente estudo, focalizamos a inter-relação entre sexualidade, gênero e deficiência, buscando problematizar a tendência normatizante/normalizadora que norteia a forma como a sociedade biopolítica atual percebe e trata os assim chamados corpos deficientes. Objetivamos discutir como esses corpos têm sido alvo de discursos e normas sociais que, ao concebê-los como “anormais”, “monstruosos” (Foucault, 2001) ou “abjetos” (Butler, 2010), os torna desvalorizados e discriminados em diversos contextos existenciais e socioculturais dos quais participam as pessoas com deficiência. Trilhando esse percurso analítico, interessa-nos conhecer e compreender os efeitos subjetivantes de tal realidade, mas também suas implicações sociopolíticas. Mais especificamente, trabalhamos com a seguinte questão de partida: como as mulheres com deficiência física têm se relacionado com sua sexualidade e forjado processos de subjetivação a partir e para além das normas/discursos sociais aos quais têm acesso nos contextos existenciais e socioculturais de que participam?

Nesse processo, lançamos mão de reflexões que integram saberes plurais, construídos como parte de nossas trajetórias como mulheres, militantes, acadêmicas e profissionais atuantes nos campos da educação e saúde. Tomamos como elementos de reflexão a análise que produzimos de cenas do filme ‘37 Segundos’ (2020) mas também percepções conosco partilhadas, no contexto de duas pesquisas empíricas distintas, por mulheres com deficiência com quem dialogamos a respeito dessa obra cinematográfica¹ (Silva & Truylio, 2022) e acerca das temáticas sexualidade e deficiência² (Truylio, 2018)³. Mesmo em número reduzido (9 no total), as mulheres que se voluntariaram a participar dessas pesquisas colocaram-nos em contato com dados muito ricos, indo ao encontro de nossos objetivos de pesquisa. Ao explicitarem suas perspectivas sobre um assunto cercado de tabus em nossa sociedade, como é a sexualidade das pessoas com deficiência, o grupo pesquisado colaborou para o avanço da produção científica num campo ainda caracterizado pela escassez de estudos. Essa escassez, assim como o próprio tamanho da amostra, podem ser apontados, por um lado, como limitações do estudo, mas, por outro, constituem evidência da necessidade de novas investigações que visem cobrir lacunas existentes na literatura científica e contemplem a participação de mulheres com deficiência de diferentes origens sociais, gerações, etnias/raças, pertencimentos geográficos, orientações sexuais etc. Ainda assim, cabe resgatarmos aqui a ponderação de Martins (2004), com base no pensamento de Anne Laperrière (2008), sobre a questão da generalização

1 Na tentativa de nos aproximarmos das percepções de mulheres com deficiência sobre o filme *37 segundos*, realizamos, entre agosto e outubro de 2022, um estudo de caráter exploratório, com seleção da amostra feita com base na técnica “Bola de Neve” (*snowball sampling*), por meio da qual os primeiros participantes indicaram novos participantes para a pesquisa. A estratégia de investigação qualitativa empregada foram as *conversas informais*, no formato de interações não-gravadas ocorridas à distância (por videochamada ou troca de mensagens/áudios de *Whatsapp*), com quatro mulheres com deficiência física e usuárias de cadeiras de rodas, brasileiras, residentes nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com idade entre 40 e 45 anos, todas oriundas de camadas médias urbanas e com ensino superior completo, três autodeclaradas de raça/cor branca e uma parda. No grupo, duas eram casadas à época da pesquisa e duas eram solteiras. Faremos alusão às narrativas das participantes identificando-as como fonte de pesquisa por meio de excertos citados, utilizando-se os termos depoente 1, 2, 3 ou 4 e o ano em que as narrativas foram produzidas. Esclarecemos que estas foram registradas em ‘diário de campo’ pela primeira autora deste artigo após a realização das conversas, sendo obtidos das depoentes anuência à participação na pesquisa e consentimento informado para o registro e uso dos dados em publicações derivadas do estudo.

2 Uma pesquisa empírica sobre a vivência da sexualidade, estruturada a partir de entrevistas semiestruturadas individuais (duração aproximada de uma hora) com homens e mulheres brasileiros com deficiência física, residentes no estado do Rio Grande do Sul, foi realizada pela segunda autora deste artigo no ano de 2018, como parte de seu Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Psicologia. Ao longo do presente artigo, citamos excertos de depoimentos gravados e transcritos de cinco mulheres participantes desse estudo, identificando as fontes de pesquisa por meio dos termos entrevista 5, 6, 7 e assim por diante. A média de idade das mulheres entrevistadas é de 42 anos, sendo três casadas e duas solteiras, autodeclaradas da raça/cor branca, oriundas de camadas médias e escolaridade variada (três concluíram o ensino médio e duas o ensino superior). Foi obtido consentimento informado dos participantes da pesquisa para a realização dos procedimentos previstos na pesquisa.

3 Ambas as pesquisas se basearam em escolhas e ações que levaram em conta critérios éticos relacionados à pesquisa com seres humanos propostos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2016; e International Union of Psychological Science - IUPsys - Declaração Universal dos Princípios Éticos para Psicólogos, 2014).

em pesquisa qualitativa, quando nos convida a pensar que nenhum dado empírico representa “a verdade” sobre o grupo pesquisado e, nesse sentido, não caberia,

no uso da metodologia qualitativa, a preocupação com a generalização, pois o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que o resultado das observações são sempre parciais. O que sustenta e garante a validade desses estudos é que ‘o rigor vem, então, da solidez dos laços estabelecidos entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos’. (Martins, 2004, p. 295)

É necessário frisar que a realização e divulgação de pesquisas nessa esfera podem fomentar consequências sociais e políticas importantes, e não somente para as pessoas com deficiência⁴. Isso porque as discriminações e violências que são cotidianamente dirigidas a elas têm sido alimentadas, em grande medida, por visões preconceituosas e estigmatizantes, as quais seguem sendo reproduzidas no imaginário social e criam formas de hierarquização e sujeição que, em lugar de serem percebidas como construções socioculturais, são legitimadas como naturais, contribuindo para perpetuar injustiças, opressões e desigualdades de diversas ordens (sociais, econômicas, políticas etc.). Esse cenário oferece desafios aos mais diferentes segmentos da população, mesmo aqueles não convencionados como “excluídos”, pois dificultam, em última instância, a consolidação de uma cultura democrática de respeito aos direitos humanos em escala global.

Ademais, o debate dessas questões pode contribuir com a visibilização e reconhecimento positivo das formas de questionamento e/ou resistência (Foucault, 1988) produzidas pelas pessoas com deficiência face à hegemonia simbólica cis-heteropatriarcal e capacitista ainda vigente nos tempos atuais em diversas partes do mundo. O que se mostra altamente relevante, do ponto de vista acadêmico e social, especialmente se considerarmos que, atualmente, 15% da população mundial é composto por pessoas com algum tipo de deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, ou seja, mais de um bilhão de pessoas, segundo estimativa divulgada, em 2012, pela Organização Mundial de Saúde – OMS – em Relatório Mundial sobre a deficiência produzido em parceria com o Banco Mundial (OMS & Banco Mundial, 2012).

Assumimos, com Foucault (1986, 1988, 1999, 2001, 2005) e Butler (2008, 2010, 2018a, 2018b, 2019), o pressuposto de que o sujeito é uma invenção definida e regulada por discursos, relações de saber-poder e tecnologias políticas e históricas que constituem atitudes corporais e posições de sujeito – modos de subjetivação – aos quais é possível aderir em maior ou menor grau. É com base nesse pressuposto que faz sentido problematizarmos a maneira pela qual essas mulheres têm se subjetivado e o papel desempenhado por sua sexualidade e corpos “deficientes” nessa trajetória.

O processo de iniciação sexual de uma jovem mulher com deficiência será tomado aqui como uma questão sobre a qual o filme “37 Segundos” (2020) lança luz e que nos fornece elementos interessantes para esboçar essa problematização. A importância da iniciação sexual para as mulheres com deficiência, como para qualquer ser humano, é incontestável, independentemente se ela chega a se concretizar, se é experimentada como fantasia ou mesmo negada/rejeitada como algo relevante de ser buscado. Um fator de peso que ajuda a modelar essas diferentes possibilidades são as especificidades históricas e socioculturais, incluindo os vínculos sociais dos quais participam essas mulheres. Tais especificidades influenciam a forma como a iniciação sexual é experimentada por cada uma delas, fornecendo balizas para as vivências pessoais.

4 A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007, np), que se baseia no modelo social da deficiência, em seu artigo 1, define que as “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. De forma complementar, o mesmo documento expõe, no artigo 2, que a “Discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro”.

Tendo em conta a complexidade desses processos, a discussão apresentada foi construída a partir de tópicos pinçados do filme para análise, a qual, por sua vez, foi norteada por “enquadramentos interseccionais” (Collins, 2015, p. 5)⁵ das categorias sexualidade, gênero e deficiência. O *corpus* da pesquisa constitui-se, portanto, de cenas desta obra selecionadas cuidadosamente por apresentarem diálogos, personagens e cenários existenciais que retratam de forma sensível e complexa questões candentes, na contemporaneidade, sobre sexualidade, gênero e deficiência. Sendo nossa intenção contribuir para o debate acadêmico e social sobre o tema, buscando valorizar a perspectiva e experiência das mulheres com deficiência, identificamos como prolífica a articulação entre as formulações teóricas advindas da teorização foucaultiana, dos estudos de gênero e teoria *queer*. Também foram encampadas contribuições da psicologia social crítica (notadamente a referência a pesquisas recentes realizadas, nesse campo, sobre direitos humanos, minorias, emancipação humana, cidadania, relações de poder e interseccionalidade) e do modelo social da deficiência, segundo o qual a deficiência é um fenômeno complexo, relacionado a variáveis contextuais, tanto pessoais quanto ambientais, não se reduzindo a uma mera questão biomédica que afeta o corpo individual (Diniz, 2010).

À luz dessas influências teóricas, a deficiência é aqui compreendida como uma construção social que acarreta importantes implicações para a forma como a condição humana é experimentada e significada, bem como para o modo como se delineia, em seus limites e possibilidades, a participação de cada indivíduo (com ou sem deficiência) na vida em sociedade (Garland-Thomson, 2005).

Cabe destacar ainda que tomamos o filme *37 segundos* como “documento” ou “testemunho registrado” (Cellard, 2008, p. 297) que condensa e expressa representações, vigentes na sociedade atual, sobre o tema sexualidade e deficiência, o que certamente faz dele uma fonte histórica de grande valor. Tendo como referência os escritos de Michel Foucault, buscaremos apreender a narrativa cinematográfica como “monumento”, dado que se trata de uma produção discursiva que não apenas condensa e expressa representações que circulam no contexto sócio-histórico do qual faz parte, mas também gera outras representações, como qualquer acontecimento o faz (Foucault, 1986, 1999).

No processo de análise fílmica, atentamos aos enunciados que emergem da trama constitutiva da película, considerando que todos os atos enunciativos ali apresentados “se inscrevem no interior de algumas formações discursivas e de acordo com um certo regime de verdade”, o que indica seu emaranhamento “às dinâmicas de poder e saber de seu tempo” e, portanto, a capacidade de expressar as “verdades” que delas se desprendem (Fischer, 2001, p. 204).

Voltar nosso olhar a essas questões nos ajudará a compreender também os modos de subjetivação produzidos em torno do binômio deficiência-sexualidade, uma vez que concebemos, com Foucault (1986, 1999), que os modos de subjetivação são forjados discursivamente. Como bem define Hennigen & Guareschi (2006, p. 60), ao discorrerem sobre esse tópico, o discurso é uma “prática que forja os objetos de que fala, estando incluídos aí os sujeitos”. Associado a isso, não podemos perder de vista que cada indivíduo pode ser “sujeito de vários discursos” (Fischer, 2001, p. 212), admitindo-se a subjetivação não como um dado pronto, mas um processo inacabado, em permanente construção, instável e moldado culturalmente, a depender das interpelações discursivas postas em jogo e as disputas travadas a partir das relações de poder que as atravessam (Hennigen & Guareschi, 2006, pp. 69-70).

A discussão desenvolvida ao longo do artigo será distribuída em quatro seções, incluindo esta ‘introdução’ e as ‘considerações finais’. Uma vez esclarecidos, na Introdução, os objetivos do estudo e a abordagem metodológica empregada para alcançá-los, é apresentada a seção que contempla a discussão dos principais conceitos mobilizados no trabalho analítico do filme *37 segundos*, assim como um breve apanhado dos principais

5 Não desconsideramos que há outras formas de opressão, para além das geradas pelo imbricamento entre deficiência, sexualidade e gênero, que podem afetar a experiência das mulheres com deficiência. Não obstante, aqui será priorizada a análise dessas categorias como ponto de partida para se pensar essas mulheres como “seres tanto oprimidos como resistentes”, conforme convida Lugones (2014, pp. 942-943), ao apontar a importância da interseccionalidade como ferramenta política e epistêmica útil ao combate da discriminação sofrida por mulheres negras, com deficiência, lésbicas, trans etc. Ademais, a abordagem interseccional, mesmo que focada em alguns marcadores de diferença, nos auxilia a enxergar de maneira mais acurada a experiência (Silveira & Nardi, 2014) dessas mulheres à medida que vivenciam os processos sociais e seus efeitos subjetivantes.

achados da literatura científica sobre sexualidade, gênero e deficiência física. Na terceira seção do artigo, por sua vez, é tecida a análise e discussão de algumas cenas do filme, utilizando como aporte teórico as contribuições de autores/x/as citados/x/as anteriormente e outros mais. Por fim, as considerações conclusivas do estudo.

A CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL DOS CORPOS “ANORMAIS” E SUA RELAÇÃO COM AS EXPECTATIVAS E ESTEREÓTIPOS EM TORNO DA SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Concebendo a sexualidade como uma produção social, Michel Foucault (1988, p. 100) defende, no primeiro volume de sua obra *História da Sexualidade*, que não cabe tomá-la como “uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque”, mas como “um dispositivo histórico” que “as sociedades ocidentais modernas inventaram e instalaram, sobretudo a partir do século XVIII”. Um dispositivo que funcionaria “de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder” (Foucault, 1988, p. 100).

Em consonância com a racionalidade moderna, a nossa sociedade instituiu formas de produzir socialmente uma sexualidade aceitável/desejável. É justamente a inserção do sexo no discurso que permite garantir que nem todos os modos de ser, agir e sentir sejam enquadráveis no espectro da “normalidade”. Os discursos religiosos, médico, legal/jurídico, pedagógico, psicológico, entre outros, têm oferecido fartas contribuições para normatizar comportamentos, afetos e corpos no campo da sexualidade, servindo-se “do dito e do não dito” (Foucault, 2005, p. 244).

Com base em tais discursos, um conjunto de operações constitutivas do dispositivo de sexualidade tem sido colocada em prática para produzir a sexualidade compreendida como normal e combater ou “curar” a desviante. A produção social e histórica da sexualidade das pessoas com deficiência se insere nesse conjunto de operações, sendo múltiplos os atores e instituições sociais dispostos a lhes fornecer, desde a mais tenra idade, ensinamentos para o aprendizado da sexualidade que deles/x/as é esperada socialmente.

Foucault (2001) aponta ainda que o lugar reservado aos “deficientes” nas sociedades modernas é o de “menos-valia”⁶. A seu ver, os sujeitos a quem se ligam os corpos “anormais” não são reconhecidos, ou o são parcialmente, como sujeitos de desejos e de direitos; chegando alguns deles a terem sua humanidade (isto é, sua condição de pessoa humana) questionada. Assim, “Corpos/sujeitos ‘anormais’, serão combatidos, nesse contexto, por representarem um “dano aos interesses da sociedade inteira” (Foucault, 2001, p. 102).

Em diálogo com a teorização de Michel Foucault, especialmente suas produções sobre a sexualidade e o poder disciplinar, Judith Butler (2018b) reforça o argumento de que a definição do que pode ser considerado aceitável ou legítimo por determinada sociedade/cultura envolve processos sociais variados, que vão da produção e reiteração de discursos pautados em estereótipos à consecução de algumas formas de violência.

A autora ainda concebe que as produções discursivas que emanam da cultura, assim como a materialidade do corpo, influenciam os processos de subjetivação de qualquer ser humano, porém não os determina categoricamente. O sexo e o gênero⁷ seriam exemplos claros disso, não havendo

6 Segundo Foucault (2001) o saber que mais se afirmou nas sociedades modernas ocidentais ao buscar intervir sobre os “anormais”, de modo a aproximá-los, tanto quanto possível, da normalidade prevista como aceitável e/ou desejável, foi o saber biomédico. Todavia, o poder do saber biomédico é essencialmente capacitista, ou seja, “se baseia em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes”. (Gesser, Block e Mello, 2020, p. 18).

7 Para um avanço na discussão da concepção butleriana sobre sexo e gênero, inviável de ser aqui produzido em função do limite de espaço estipulado para um artigo, conferir a obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, na qual a autora defende que “O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos” (Butler, 2008, p. 7).

uma relação de determinação entre o corpo de alguém, aquilo que se apresenta como sendo o sexo dessa pessoa, e seu gênero. As influências da natureza e da cultura sobre nós já estão operando antes mesmo de nascermos, sendo, portanto, pré-existentes à emergência da capacidade de atribuímos-lhes significado. Não obstante isso, há sempre uma margem de manobra colocada à disposição de todo ser humano: a possibilidade de, a seu modo, interpretar as normas de gênero presentes na cultura da qual ele faz parte, assim como de significar, de forma própria e única, aquilo que se apresenta como sendo suas características genéticas ou a expressão física delas. A essa margem de manobra e ao fato de o gênero ser performático (Butler, 2008) é que podemos creditar a existência de múltiplas expressões de gênero⁸, ainda que grande parte das práticas discursivas às quais temos acesso em nossa sociedade comumente nos ofereçam distinções/categorizações como homens/mulheres e masculino/feminino como a verdade única sobre o gênero.

Todavia, como lembra Rocha (2016), Butler não deixa de enfatizar que “mesmo não sendo natural, o gênero pode se apresentar como se o fosse, nos casos em que se cristaliza” (p. 511). Daí a importância de se perceber seu caráter construído, pois, de outro modo não nos dedicaríamos a desvelar a que serve e o que sustenta essa cristalização, os processos de dominação e apropriação associados à produção discursiva do gênero e do sexo (Gomes, 2020, p. 8).

Butler também chama atenção para a necessidade de considerarmos criticamente a forma como as questões de gênero e sexualidade têm sido abordadas nas diversas sociedades e momentos históricos. Direcionando seus estudos (teoria *queer*) às sociedades modernas ocidentais, ela observa que estas são caracterizadas pela vigência do patriarcado e pela heterossexualidade compulsória. Em complemento a essa perspectiva e inspirando-se, em parte, nela, Robert McRuer (teoria *crip*) afirma que a sociedade contemporânea seria, além de patriarcal e cis-heteronormativa, corponormativa; ou seja, desvaloriza e discrimina a diversidade de corpos nela existentes que escapam às normas corporais, destinando a eles um lugar de abjeção. De maneira geral, aos corpos considerados deficientes é designado esse lugar social, como também ocorre com as pessoas travestis, transexuais e intersexos, entre outros exemplos.

Em função dessas características, as mulheres com deficiência inseridas nesse contexto sócio-histórico acabam convivendo, desde o início de suas vidas, com uma dupla moral sexual que as diferencia dos homens, mas também das mulheres não deficientes. Essa moralidade julga negativamente, por exemplo, a iniciação sexual feminina na adolescência, mas encoraja e aprova a masculina (Heredia-Martínez, Artmann, & Nascimento, 2020). Ela ajuda a sedimentar, no imaginário social, a representação estigmatizadora das mulheres com deficiência como menos femininas do que as mulheres sem problemas físicos, indicando, como reforça Judith Butler, em entrevista na qual afirma que a constituição identitária de gênero “dá-se não apenas pela repetição da diferença entre mulheres e homens, feminilidade e masculinidade, mas também pela constante afirmação da oposição hierárquica entre feminilidade e falta de feminilidade, entre masculinidade e falta de masculinidade” (Prins & Meijer, 2002, p. 164).

Gesser, Nuernberg e Toneli (2013), com base em estudos internacionais realizados na primeira década dos anos 2000, apontam a existência de um imaginário social das pessoas com deficiência como assexuadas (ou seja, desprovidas de desejos e necessidades sexuais) ou permanentemente impedidas de construir e exercer sua autonomia sexual e social. Esse imaginário acarreta repercussões negativas especialmente para as trajetórias pessoais e sociais das mulheres com deficiência, em função da combinação das desigualdades de gênero com as opressões associadas à deficiência (a chamada “dupla vulnerabilidade”). Assim, diversamente do que ocorre com as mulheres não deficientes,

8 De acordo com Rocha (2016, p. 511), Butler adota, para a construção dessa concepção de gênero, o modelo de poder proposto por Foucault, para quem este seria “múltiplo, proliferativo e potencialmente subversivo a si mesmo”. Os dispositivos discursivos de poder trabalhariam fornecendo-nos balizas normativas ou um quadro limitado de referências identificantes a partir do qual poderiam ser tecidas reiterações da norma, mas também transgressões e subversões.

as expectativas que a sociedade tem das mulheres com impedimentos corporais muitas vezes as excluem do direito ao exercício da sexualidade, do trabalho de qualquer natureza e da maternidade. Há uma significação cultural de que as mulheres com impedimentos de natureza física são incapazes de cumprir os papéis tradicionais de dona de casa, esposa, trabalhadora e mãe. (Gesser, Nuernberg, & Toneli, 2013, p. 421)

Focalizando o cenário nacional mais recente, podemos constatar que o número de pesquisas realizadas sobre o tema tem crescido ao longo das últimas décadas, com recortes variados, que contemplam desde a discussão de questões mais relacionadas à afetividade, quanto direitos sexuais e reprodutivos, entre outros (Carvalho & Silva, 2021; Dantas, Silva, & Carvalho, 2014; Gesser & Nuernberg, 2014; Gesser, Nuernberg & Toneli, 2013; Maia & Ribeiro, 2010).

Entre os achados que se repetem nesses diversos trabalhos está a constatação de que as pessoas com deficiência física ainda enfrentam muitos desafios nessa esfera de suas existências, o que leva grande parcela delas a construir trajetórias afetivo-sexuais marcadas por conflitos de vários tipos e falta de apoio para exercerem sua liberdade sexual; preconceitos e discriminações por parte da sociedade em geral, mas também de suas próprias famílias; além dos obstáculos gerados pela insuficiência e/ou precariedade das políticas públicas existentes (voltadas, principalmente, ao trabalho com temas como sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos) de darem respostas efetivas às necessidades e demandas desse público. Uma importante questão a ser destacada sobre isso é que, embora o reconhecimento de direitos iguais se estenda a todos os indivíduos em sociedades democráticas como a nossa e esteja formalizado em *normas* constitucionais ou *legais*⁹, a realidade de vida das pessoas com deficiência é marcada por diversos entraves à construção de sua efetiva inserção e participação social.

Ao discorrerem sobre a questão da infantilização, Gesser, Nuernberg e Toneli (2013) também reportam as vulnerabilidades que podem atingir as mulheres com deficiência em decorrência desse processo, ressaltando sua incidência em variados contextos, relacionado à falta de conhecimento e/ou reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, garantidos pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (CORDE, 2007).

O imaginário social repleto de representações estereotipadas e estigmatizantes sobre a sexualidade dessas pessoas é um fator que contribui para fundar, agravar e perpetuar tal realidade, tanto das vulnerabilidades quanto da não ampliação dos horizontes de compreensão e ação em relação ao tema por parte das próprias pessoas com deficiência, de quem convive com elas e da sociedade mais ampla.

Por fim, cabe destacar que, apesar da crescente expansão dos estudos sobre sexualidade e deficiência, ainda são poucos os que se acercam da temática a partir da perspectiva da pessoa com deficiência (Gesser, Nuernberg, & Toneli, 2013) ou que abordam a questão do sofrimento subjetivo das pessoas que partilham dessa experiência, considerando o modo como a deficiência reverbera em seus corpos e subjetividades (Kafer, 2013; Magnabosco & Souza, 2019; Mcruer, 2015; Mello & Gavério, 2019). Os/x/as autores/x/as acima citados/x/as endossam essa percepção, salientando a necessidade de haver mais trabalhos que colaborem para o conhecimento dessa faceta da realidade e que assumam a importância de uma leitura política das deficiências.

Inserindo-se nesse debate, o presente artigo traz o olhar das autoras acerca da intersecção sexualidade, gênero e deficiência, assim como de outras mulheres com deficiência, almejando contribuir com a produção científica sobre o tema e com a luta pelo reconhecimento dos direitos dessa significativa parcela da população mundial que são as pessoas com deficiência.

9 Segundo Mazzotta e D’Antino (2011), “na Europa e nos Estados Unidos da América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais” (p. 378).

EXISTIR COMO MULHER E COMO CORPO “DEFICIENTE”: DO ASSUJEITAMENTO E INVISIBILIDADE AO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE SE (RE)INVENTAR

Yuma Takada, protagonista de *37 segundos* (*37 Sekanzu*)¹⁰, é uma jovem japonesa com paralisia cerebral. O título do filme faz alusão ao tempo de privação de oxigênio no cérebro (hipóxia) vivido por ela ao nascer e que mudaria sua vida para sempre: “*37 segundos é o tempo que fiquei sem respirar depois de nascer*” (*37 Segundos*, 2020). Aos 23 anos de idade, ela vive com a mãe numa pequena casa na periferia de Tóquio/Japão; trabalha desenhando mangás e, quando não está no ambiente doméstico ou laboral, põe-se a percorrer a cidade em uma cadeira de rodas motorizada sem se ater às restrições físicas que seu corpo lhe apresenta.

Inicialmente não são as aventuras de uma mulher ávida por elucidar pontos obscuros de sua própria história e a da família que somos levada/x/os a conhecer com a trama, mas a rotina diária, estável e até monótona, da jovem em sua casa, sempre em companhia da mãe (Kyoko Takada), ou no ambiente de trabalho, partilhado com a prima, que é também sua chefe (Srta. Sayaka). Numa dessas primeiras cenas, vemos o retrato de um dia típico da vida da jovem: ao arrumar-se para ir ao trabalho, ela pede permissão à mãe para usar um vestido - “*Posso ir de vestido?*”. E ouve a seguinte resposta - “*Tá cheio de tarado por aí*” -, à qual ela retruca rapidamente: “*Ninguém tem interesse em mim*”. Esse é um dos muitos exemplos de interação estabelecida entre Yuma e sua mãe atenciosa, prestativa, mas também controladora. Quando o que está em jogo é o cuidado com o corpo da filha, em especial a garantia de proteção em relação a vivências sexuais que supostamente lhe ofereceriam risco/perigo, seu excesso de zelo chega a transformar-se em invasão da privacidade da filha e até desrespeito aos seus direitos sexuais.

Na segunda metade do filme, porém, surge na tela uma Yuma diferente, disposta a abandonar a tutela da mãe e a exploração da chefe,¹¹ para ir em busca de uma (re)invenção de si mesma, à medida que se desafia e é desafiada a viver diversas experiências novas, incluindo a iniciação sexual. Apesar de ‘*37 segundos*’ não se dedicar a mostrar apenas a relação de Yuma com sua sexualidade, já que retrata variadas experiências vividas ao longo da trama pela protagonista, não deixa de ter seu enredo central erigido em torno da abordagem das dúvidas, inseguranças, aventuras e realizações de Yuma em sua busca pelo exercício da sexualidade.

Artista de mangás insatisfeita com as condições sob as quais trabalha na empresa da qual é funcionária desde que começou a vida laboral, ela resolve enviar seu portfólio de desenhos e currículo para outras revistas e passa por algumas entrevistas de emprego. Numa delas, após ter suas produções analisadas pela editora responsável por novas admissões, tem acesso a uma interação totalmente imprevista. A entrevista ocorre na sede de uma revista de quadrinhos eróticos e a editora com a qual Yuma dialoga é bastante clara e direta ao indagar se ela já havia tido alguma experiência sexual. Diante da resposta negativa de Yuma, a editora sugere que ela retorne para uma nova conversa quando a situação mudar. Yuma recebe uma avaliação muito provocativa acerca de seu trabalho e sai desse encontro desafiada a produzir desenhos com conteúdo sexual mais “*autênticos*” (*37 Segundos*, 2020).

10 Produção japonesa de 2019 (distribuição em 2020), dirigida e roteirizada pela cineasta Mitsuyo Miyazaki. Conquistou o Prêmio do Público e o prêmio da Confederação Internacional de Cinemas de Arte do Festival de Berlim de 2019, além do prêmio de melhor diretor estreado no *Asian Film Award* no mesmo ano. O filme está disponibilizado na plataforma *Netflix* para o público brasileiro, com áudio original e legendas em português, contando com diversas resenhas críticas e comentários analíticos na *web*, incluindo *sites* e *blogs* de pessoas com deficiência, a exemplo do <https://cadeiravoadora.com.br/> que citamos mais adiante neste artigo.

11 Sayaka, assim como Yuma, desenha mangás, mas somente ganha fama ao se apropriar dos desenhos da prima. Algumas características dessa personagem parecem ser influenciadas pela cultura *Kawaii* que, segundo Kinsella (1995, citado por Ribeiro 2021), é um movimento cultural contemporâneo que teve início na década de 1970 no Japão. A palavra *Kawaii* significa “fofo”, “infantil” em japonês. Ainda de acordo com Ribeiro (2021), trata-se de um estilo de vida que possibilita que as mulheres expressem seu comportamento de uma maneira diversa do proposto pela sociedade japonesa tradicional, marcada pela valorização da “masculinidade, seriedade e comprometimento com regras e expectativas sociais” (Ribeiro, 2021, p. 2). No filme, o estilo *Kawaii* de Sayaka é demonstrado através de suas roupas, acessórios, tom de voz doce e aparência mais jovem.

Yuma aceita o desafio e, a partir daí, inicia um movimento gradativo de abertura a novas experiências e conhecimentos relacionados a esse universo temático, que inclui momentos dedicados a: olhar-se no espelho a fim de investigar detalhes do próprio corpo nos quais nunca tinha detido a visão anteriormente; pesquisar na *internet* acerca dos temas sexualidade e deficiência; assistir a vídeos pornográficos; comprar brinquedos eróticos e aprender mais sobre práticas sexuais, o que a leva a contratar um profissional do sexo porque, como ela mesma afirma, “*gostaria de transar*”.

Podemos supor que o diálogo estabelecido com a editora da revista de mangá erótica é um ponto de virada na trajetória de vida de Yuma, pois, até então, ela parecia se comportar como se, de fato, fosse assexuada. Nenhuma das cenas iniciais do filme que retratam sua vida cotidiana denotam que ela tinha interesses e sentimentos sexuais. Ao contrário, nessa parte da narrativa fílmica, temos acesso à sua percepção de não ser desejada, condensada na sentença dirigida à mãe anteriormente citada: “*Ninguém tem interesse em mim*”, diz ela, num contexto dialógico que dá a entender sua conjectura de que, mesmo usando um vestido para ir trabalhar naquele dia, não correria risco algum de ser abordada sexualmente, como a mãe demonstrava temer. Então, por que não o usar? indaga a mesma nas entrelinhas.

Seguindo essa trilha interpretativa, poderíamos ler também, nessa conversa, a manifestação de um lampejo de resistência por parte de Yuma à postura infantilizadora da mãe para consigo. Afinal, é preciso reconhecer, com Foucault (1988), que “onde há poder há resistência” (p. 105). Se, por um lado, temos uma mãe investida em governar o corpo e as escolhas da filha, em conformidade com suas preocupações de mãe e com certa normatividade social reinante na sociedade em que se insere (Resende, 2015; Souza & Furlan, 2018); de outro, há Yuma, uma mulher dócil e assujeitada (pelo menos inicialmente) por esse poder¹² que incide sobre seu corpo, ditando como deve se vestir, trabalhar, pensar, agir e ser. Mas é também ela, cabe sublinhar, quem desconstrói esse corpo-objeto (de cuidados, de mandos e desmandos, de exploração laboral etc.) com o qual se identificara por mais de 20 anos para deixar emergir um corpo-sujeito que (r)existe. O que ilustra, entre outras coisas, que o processo de reinvenção/recomposição do sujeito humano é dinâmico e incessante, uma vez que “esse sujeito está não apenas em marcha”, como “é constituído e reconstituído no decorrer do intercâmbio social” (Butler, 2018a, p. 200).

De forma delicada e sensível, a diretora Mitsuyo Miyazaki desperta nosso olhar para os significados atribuídos ao corpo de Yuma por seu entorno, convidando-nos a problematizar como o nosso imaginário social constrói a deficiência. A interpretação bem conduzida pela atriz Mei Kayama - que tem paralisia cerebral, colaborou na escrita do roteiro filmado e, antes de viver Yuma, já atuava como atriz amadora encenando papéis nos quais a questão da deficiência era colocada em relevo -, confere maior realismo a esse corpo “deficiente” em suas múltiplas e complexas facetas.

Assim, ver Yuma tomando banho com a mãe ou tendo os sapatos amarrados por esta, por exemplo (Figuras 1 e 2), nos dá uma dimensão acurada do cuidado, afeto e infantilização presentes na relação entre as duas. Ao mesmo tempo, temos acesso a várias tomadas em que, nas interações das outras pessoas com Yuma, são focalizados gestos ou expressões, a direção do olhar de um ou outro personagem, ilustrando como o corpo físico-orgânico de uma mulher com deficiência pode, por vezes, ser reduzido à condição de menos eficiente/produtivo/capaz/esteticamente atraente ou alvo preferencial dos discursos caritativo/salvacionista, que “fataliza a deficiência” ao concebê-la meramente como “tragédia pessoal” inelutável (Nogueira, 2019, p. 80) ou do discurso biomédico reparador, reabilitador e curativo.

12 Estamos aqui trabalhando com a concepção foucaultiana de poder. Como destacam Souza e Furlan (2018): “O poder, em Foucault, instaura positivities, ele não simplesmente castra, interdita ou proíbe: ele cria realidades”. Coerente com isso, “o intuito primordial da sociedade normalizadora, mais do que reprimir a conduta do indivíduo, é influenciá-lo, conduzi-lo e incliná-lo” (p. 330).

Figura 1. *Frame 13 do filme - cena de Yuma e sua mãe tomando banho juntas*



Figura 2. *Frame do filme - cena de Yuma na cadeira de rodas interagindo com a mãe*



O corpo feminino e “deficiente” como submetido/assujeitado a normas sexuais e de gênero vigentes na sociedade contemporânea foi também revelado em cenas como as que a mãe aparece determinando que roupas a filha tem de vestir para, em suas palavras, ficar “protegida dos tarados”. Nesse trecho, ela faz alusão à objetificação dos corpos femininos pelo olhar masculino, que tornaria o espaço público mais inseguro para as mulheres, “ainda mais as deficientes”, que, na perspectiva da mãe de Yuma e de tantas outras pessoas em nossa sociedade, são as responsáveis por se proteger do inevitável: os riscos inerentes ao ser mulher e ao ser “deficiente”. De Yuma era exigida discrição, amabilidade e obediência para se comportar como se espera que uma mulher se comporte (“ainda mais uma mulher deficiente”, reforça a mãe), o que inclui transitar o mínimo possível pelas ruas e, tendo de contrariar essa norma, de preferência que fizesse com “roupas não-chamativas”. O filme nos confronta, assim, com uma mulher transmitindo à sua filha o modelo de comportamento feminino valorizado socialmente como “adequado”, tanto no que se refere às relações de gênero quanto à sexualidade, fazendo-nos pensar no que afirma Kehl (1998 citado por Lerner & Cunico 2018, p. 82), quando aponta que “as mulheres são herdeiras de discursos que, historicamente, definiram uma essência feminina eterna e universal, sendo ainda difícil para elas deixarem de ser objeto desta produção discursiva que estabelece uma suposta ‘verdade’ sobre a sua natureza”.

Em “37 Segundos”, fica evidenciado também o olhar capacitista e corponormativo que essa mãe, em diálogo com o contexto sócio-histórico em que se insere, lança à sua filha “deficiente”. Esse olhar contribui para que Kyoko venha a negligenciar o fato de que Yuma, uma pessoa com deficiência, não estava impedida de desejar e de buscar experiências sexuais; de cuidar, na medida do possível, de sua própria segurança ao transitar pela cidade e, nesse percurso, conciliar os cuidados consigo mesma com o prazer de descobrir-se desejada; de escolher as condições sob as quais queria trabalhar, se relacionar com x/a/os amigx/a/os, desfrutar de momentos de lazer etc.

Cabe lembrar, como esclarece Moreira e cols. (2022) que a lógica capacitista e corponormativa “desqualifica as pessoas com deficiência”, fazendo com que elas sejam percebidas como “menos capazes” e, portanto, inferiores na hierarquização estabelecida com base em características/atributos corporais vigente em nossa sociedade. Por isso, segundo as autoras, pode-se considerar acertada “a analogia do capacitismo estar para as pessoas com deficiência, como o racismo está para as pessoas negras e indígenas, o adultocentrismo para as crianças e adolescentes, e o sexismo para as mulheres e pessoas travestis, trans e intersexo” (Moreira et al., 2022, p. 3951).

Esse e outros trechos do filme que podemos revisitar para pinçar exemplos ilustrativos dessa problematização coincidem com alguns depoimentos que obtivemos junto a mulheres com deficiência física participantes de nossas pesquisas empíricas (Truylio, 2018; Silva & Tuylio, 2022).

13 Os frames do filme “37 segundos”, apresentados ao longo deste artigo, foram capturados da tela do computador pelas autoras, que fizeram uso dos recursos do *PrintScreen* e *Paint*.

Uma de nossas entrevistadas, por exemplo, a qual, assim como Yuma, tem a vida afetada pela deficiência desde a infância e utiliza cadeira de rodas para se locomover, revelou achar “muito complicada” a relação entre gênero, sexualidade e deficiência: “Os homens agem de forma instintiva e animal, até traem mais”, especialmente se estiverem se relacionando com mulheres cujos corpos são reconhecidos como deficientes: “até mulheres gatíssimas são traídas, imagine cadeirantes” (Entrevistada 5, 2018). Comentou, ainda, que “consegue sentir prazer e descobrir zonas erógenas que até então desconhecia por meio da masturbação”, descrevendo essa prática como um meio de alcançar satisfação e se libertar, ainda que possa ser mais complicado para as mulheres por serem mulheres. Ela reitera, nesse sentido, um discurso que naturaliza a diferença sexual, ao compreender os comportamentos masculinos destacados (trair, obter prazer e se satisfazer sexualmente) como decorrentes da natureza (instinto) e não dos aprendizados obtidos por homens e mulheres ao longo de sua socialização/educação, que é ainda muito sexista, conservadora e misógina em nossa sociedade. Não obstante, essa mesma entrevistada esboçou uma crítica à forma como o corpo feminino “deficiente” é fetichizado, chegando a afirmar que não gosta de ser colocada na posição de “objeto de curiosidade” (Truylio, 2018).

A entrevistada 6 (Truylio, 2018), por sua vez, discorreu sobre como a incomoda o fato de os familiares enxergarem-na como “uma mulher frágil e incapaz de se defender” e que isso fez com que inclusive se privasse de ter relacionamentos. O controle/fiscalização de sua vida íntima pelos parentes era tido como algo natural e justificado por ela ser uma mulher com deficiência. Ela ainda ponderou que o gênero influencia a forma como as pessoas com deficiência constroem suas expectativas e experiências sexuais. A seu ver, um homem sem deficiência que se relaciona com uma “mulher cadeirante”, “tem medo de machucá-la - um tabu a ser quebrado”. Ela conclui que a nossa sociedade nutre muitos preconceitos em relação à sexualidade das pessoas com deficiência, o que leva grande parte da população a considerar essas pessoas como “incapazes de se relacionar afetiva e sexualmente”. Atribui esse cenário a inúmeros fatores, entre eles a pouca ênfase dada à discussão desse tipo de tema na escola, na família e na sociedade de forma geral, somado à maneira como as próprias pessoas com deficiência “colocam barreiras em si próprias e assim se mantêm” (Truylio, 2018).

Da análise feita das narrativas produzidas pelas quatro depoentes que assistiram ao filme e compartilharam conosco suas impressões a respeito dele (Silva & Tuylio, 2022), destacamos o fato de que todas comentaram as mudanças pelas quais Yuma passa na relação travada com o próprio corpo e as aspirações sexuais. A depoente 2 resumiu bem essa questão, ao afirmar:

A Yuma se descobre tendo vários corpos; no início do filme é o corpo objeto que a mãe só quer saber de cuidar. Ela passaria a vida inteira sendo só isso se não despertasse pra sexualidade dela. E quando desperta, ela vira uma nova mulher. Até no lado profissional ela se transforma. Muito mais confiante, dona de si. Uma mulher que teve paralisia não pode ser só um corpo numa cadeira de rodas. E acaba que esse lado sexual nos mostra muitas possibilidades, se liberta, se a gente permitir. Claro que há limitações também, principalmente o preconceito. E isso faz a gente viver pela metade. (Depoente 2, 2022)

A depoente 4 (Silva & Tuylio, 2022) relata que teve uma experiência parecida com a protagonista do filme no que se refere à relação com a mãe quando mais jovem, especialmente quanto à superproteção praticada por esta. Não à toa, a sua parte preferida do filme foi a cena em que Yuma foge da clínica de fisioterapia porque não aguentava mais o excesso de zelo dirigido a ela e que, nesse contexto, chega a se traduzir na relutância da fisioterapeuta em deixá-la sozinha no banheiro, mesmo após Yuma ter dito várias vezes que não precisa de companhia ou ajuda ali. Foi também lembrada por esta mesma depoente a cena em que Yuma foge com a ajuda dos amigos e consegue provar para a mãe que consegue ser independente e “romper as amarras” criadas pela superproteção materna.

A depoente 1 (Silva & Tuylio, 2022) se disse impactada pelo filme, tendo assistindo-o quatro vezes e comentado algumas cenas com familiares e amigos, mas se assumiu incapaz de formular em muitas palavras o que a narrativa despertou nela em termos de pensamentos e sentimentos. Todavia, é essa depoente a autora da

frase que abre o título do presente artigo. Frase essa que emergiu enquanto ela dizia não saber o que dizer, mas que “passou a ver, com o filme a importância de se discutir sobre a sexualidade das mulheres com deficiência, a ensinar a todos, pessoas com deficiência e sem deficiência, a vê-las como desejantes e desejáveis, por que não?”.

Assim, tanto a partir da análise direta do filme quanto de nossas investigações empíricas pudemos observar algumas das repercussões de as mulheres com deficiência física não terem suas potencialidades sexual, afetiva e relacional reconhecidas, ou o terem de forma parcial e insuficiente. Trata-se de repercussões por vezes tão negativas que podem despertar, nessas mulheres, o sentimento de estar “vivendo pela metade”, conforme pontuado pela depoente 2 (Silva & Truylio, 2022).

No filme, notamos que Yuma parece começar a se perceber como ser sexuado, corpo potencialmente desejado e desejante, depois da observação que lhe fora dirigida pela editora da publicação erótica sobre o modo como a expressão da sexualidade –gestos, ditos e atos – se apresentava em seus desenhos. A partir daí, vemos ocorrer uma revolução, conforme descrita anteriormente neste artigo. Mudam os desejos e a maneira de expressá-los; muda a relação estabelecida com o próprio corpo; e muda a significação e experimentação da sexualidade. Mudanças estas que eclodem com tamanha intensidade que a mãe da jovem, pessoa mais próxima a ela até esse “despertar” sexual, mostra-se assustada e cada vez mais preocupada com a filha.

Nesse ínterim, Yuma vive vários embates com a mãe, que questiona suas escolhas, interrompe seus momentos de intimidade, vasculha seu quarto em busca de pistas que pudessem lhe esclarecer o porquê da mudança comportamental abrupta da filha, até que, pressionada, Yuma pede, numa das duras conversas travadas entre elas, que a mãe pare de tratá-la como uma criança. Em suas palavras: “*Pare de me tratar como criança. Você é muito carente. Papai nos deixou porque não aguentava você*” (37 Segundos, 2020).

Dois pontos importantes identificados nessa trama fílmica ganham relevo em nossa análise: as diferentes visões sustentadas por Yuma sobre si mesma e sua sexualidade antes e depois da conversa com a editora da revista de mangás erótica; a postura da mãe diante da filha-criança e da filha-mulher. Esse último ponto já foi discutido nos parágrafos anteriores, e o relacionamos com questões de gênero, mas o tema da sexualidade requer maiores argumentos.

SEXUALIDADE, EXCLUSÃO E CRÍTICA POLÍTICA DO SEXO

Até aqui discutimos sobre a forma como Yuma constrói mudanças significativas na relação com a sexualidade, à medida que passa por um processo de revisão de sua própria identidade como filha, artista, mulher, pessoa com deficiência etc. Nesse percurso, chamamos atenção para o fato de que os sujeitos – e, por conseguinte, a subjetividade – se constituem a partir de discursos, os quais são, por sua vez, produzidos em contextos espaciais e temporais específicos, como parte de um “caldo cultural”. Mas não havíamos, ainda, nos dedicado a discutir mais detidamente aspectos do “caldo cultural” no qual Yuma estava imersa e que lhe apresenta as práticas discursivas no seio das quais buscar posições-de-sujeito para se identificar, especialmente no que concerne à relação entre sexualidade e deficiência. Vejamos, então, algumas considerações nesse sentido a seguir.

Há exatos 30 anos, Anne Finger, escritora estadunidense, feminista e ativista pelos direitos das pessoas com deficiência, anunciava sua conclusão de que:

A sexualidade é muitas vezes a fonte de nossa mais profunda opressão; também é frequentemente a fonte de nossa dor mais profunda. É mais fácil para nós falarmos sobre - e formular estratégias para mudar - discriminação no emprego, educação e habitação do que falar sobre a nossa exclusão da sexualidade e da reprodução. Além disso, embora esteja mudando, o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência nos EUA tende a concentrar suas energias em lobbies legisladores e criar uma imagem do “deficiente capaz” [em lugar de colocar os direitos sexuais na vanguarda de sua agenda]. (Finger, 1992, citado por McRuer, 2011. p. 107)

No Brasil contemporâneo, Laura Martins (2022), cadeirante, como ela mesma se apresenta, e criadora do blog “*Cadeira Voadora*”, ao analisar os preconceitos enfrentados por Yuma no filme “*37 segundos*”, fornece-nos a avaliação de que o quadro descrito por Finger não se alterou tanto quanto seria desejável para as pessoas, especialmente as mulheres com deficiência. Ela apresenta argumentos que vão ao encontro dos de Finger, indicando que a sociedade contemporânea ainda está distante de efetivamente conferir a devida importância aos direitos sexuais das pessoas com deficiência. É inquestionável que muito se avançou, nas últimas décadas, em relação à conquista de direitos civis e sociais por parte desse grupo social, mas não houve sinal de uma guinada significativa no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Como Yuma vive em Tóquio, as imagens vão nos mostrando uma cidade que deu atenção à remoção de barreiras arquitetônicas. Sendo assim, ela vai à escola e ao trabalho com independência, em sua cadeira motorizada. Pega ônibus e metrô e anda pelas ruas sem dificuldades. Mas, nesta mesma sociedade, observamos a presença do preconceito quando a jovem decide se abrir para um relacionamento amoroso. O mesmo acontece quando, diante do insucesso dessa empreitada, decide buscar um relacionamento sexual em uma casa de prostituição. (Martins, 2022, online)

Focalizemos mais detidamente as duas situações referidas por Martins (2022), quando Yuma, motivada a concretizar sua iniciação sexual, busca conhecer e interagir com homens que poderiam vir a ser seus parceiros amorosos e/ou sexuais, mas enfrenta preconceitos e discriminação.

Primeiramente cabe destacar que entendemos ser a iniciação sexual uma das dimensões constitutivas da vida sexual e social dos seres humanos. Como tal, envolve a mobilização de diversas habilidades aprendidas no processo de socialização, ao longo do qual são adquiridos recursos emocionais e simbólicos para “a interpretação de regras, de valores e de significados constitutivos de um sistema de atitudes e práticas”, que tende a assumir contornos diferentes para homens e mulheres (Ferrari, Peres, & Nascimento, 2018, p. 2938). A iniciação propriamente dita remete a experimentações diversas – primeiro beijo e carícias, descoberta do próprio corpo e do corpo do outro – culminando na primeira relação sexual, que pode ser vivenciada no contexto de um relacionamento amoroso ou não. Todos esses processos costumam ser marcados por muitas expectativas, dúvidas e anseios, podendo ser significados e vivenciados de maneiras diversas.

Não tendo acesso a muitas fontes de informação, uma vez que a possibilidade de dialogar sobre sexualidade com outras pessoas esbarrava no fato de, em geral, ser vista como assexuada e/ou “anormalizarem” (Miskolci, 2016) suas experiências nesse campo, Yuma passa quase todo o tempo que pode navegando na rede/web. Em algumas cenas, ela aparece realizando pesquisas para sanar sua curiosidade sexual sobre práticas e brinquedos eróticos, em outros vê perfis de homens que despertam seu interesse e marca conversas online com eles. Um deles, com quem combina um encontro presencial, revela: “*Nunca pensei que me sentiria confortável com pessoas com deficiência*” (*37 segundos*, 2020). Todavia, pessoalmente lhe diz não se sentir à vontade para se relacionar com ela, uma virgem.

Após essa interação frustrante, ela se dirige, em sua cadeira de rodas, para uma área da cidade conhecida pela alta concentração de profissionais do sexo e, então, contrata os serviços de um deles. O encontro ocorre em um motel e, ao vê-la, o rapaz parece se surpreender. Logo em seguida, informa que em casos de clientes como ela, “cobra mais caro”. Ele também indaga: “Não vai ter um troço, né?”, demonstrando estranhamento e temor de tocá-la, ao reagir ao corpo dela como se este fosse radioativo ou estivesse prestes a contagiá-lo com alguma enfermidade.

A avaliação de Maia e Ribeiro (2010) é precisa ao discorrer sobre alguns dos fatores que poderiam estar na base desse tipo de reação.

A deficiência e a doença sempre foram fenômenos associadas à dor, ao sofrimento e à morte e parece difícil diminuir o estigma de desvantagem social que pesa sobre essas pessoas. Parece ser mais fácil a muitos não deficientes, que se colocam no campo

da normalidade e da vantagem social, manter essa diferenciação, o que justifica a manutenção de tantos mitos sobre as dificuldades da sexualidade dessas pessoas distanciando-as do normal. (Maia & Ribeiro, 2010, p. 172)

Em outro momento, quando Yuma pede para ser beijada, o profissional se nega, dando a justificativa de que seria “contra as normas da empresa”. Por fim, ele mal havia esboçado uma carícia quando percebe que a roupa dela estava molhada de urina e retruca: “Não curto essas paradas”. O desfecho da interação é marcado por mais uma fala que demonstra a repulsa que ele parecia estar sentindo diante de Yuma, pois ele se despede dizendo que, daquele jeito, não conseguiria “levantar”. Em outras palavras, seu desejo erotizado não havia sido despertado e ele considerava aquele corpo “deficiente” como indigno de seus serviços sexuais.¹⁴

Esse excerto extraído do filme ilustra claramente como “os corpos considerados abjetos ou deslegitimados deixam de contar como ‘corpos’” (Butler, 2010, p. 170), não sendo apreendidos como dignos de reconhecimento porque não são percebidos como “plenamente humanos”.

Amia Srinivasan, em sua obra “*O direito ao sexo*” (2021), apresenta contribuições interessantes a essa discussão, ao notar que, mesmo não havendo um direito ao sexo, não avançaremos na problematização de situações como as descritas acima se simplesmente dissermos a uma mulher com deficiência (ou a uma mulher *trans*, um homem asiático e assim por diante): “Ninguém é obrigado a fazer sexo com você”. Isso porque as preferências pessoais, incluindo as sexuais, “nunca são apenas pessoais” (p. 121). Recorrer a esse tipo de argumento seria, como aponta a autora, “tratar de modo superficial algo crucial”. Na contramão desse tratamento superficial da questão, ela nos convida a pensar que “o que há de mais feio em nossas realidades sociais – o racismo, o preconceito de classe, o capacitismo, a heteronormatividade – molda quem desejamos e amamos e quem não desejamos e não amamos, bem como quem nos deseja e ama e quem não nos deseja e não nos ama” (Srinivasan, 2021, p. 127). Reconhecermos isso faz parte do tão necessário processo de abrimo-nos para uma “crítica política do sexo”, concebendo-o (o sexo) como “um efeito da política” e não como algo “pré-político” ou meramente natural (p. 127).

O exercício dessa crítica pode ser ainda mais impactante no caso das pessoas com deficiência, assim como as *queer* ou de minorias étnicas e da classe trabalhadora, que tem suas vidas marcadas pelos nexos entre “as dimensões públicas mais óbvias de sua opressão e os mecanismos mais ocultos e privados que a possibilitam e que, em certa medida, a constituem, incluindo os que existem em discotecas, aplicativos de namoro, quartos e bailes de escola” (Srinivasan, 2021, p. 127). E continua:

Estou perguntando o que aconteceria se olhássemos para os corpos, os nossos e os dos outros, e nos permitíssemos sentir admiração, apreço e desejo onde a política nos diz que não devemos. Isso requer uma espécie de disciplina, que torne possível aquietarmos vozes que falam conosco desde que nascemos, que nos dizem quais corpos e modos de estar no mundo são dignos e quais são indignos. O que é disciplinado aqui não é o desejo em si, mas as forças políticas que se atrevem a instruí-lo. (Srinivasan, 2021, p. 128)

Srinivasan deixa evidente na discussão que empreende acerca desse assunto que ele dificilmente será consenso em nossa sociedade, nem mesmo entre aquele/x/as que se reconhecem feministas. Porém, adverte que

14 As questões relacionadas ao uso de sondas e fraldas, por exemplo, podem gerar constrangimento durante a atividade sexual com parceiros/as. A prática de certas posições sexuais também pode ser dificultada ou sequer considerada. Daí a importância do diálogo e da compreensão do/a parceiro/a com o/a qual a pessoa com deficiência está se relacionando. Fato que não ocorreu nesta cena do filme, não apenas em função do caráter da relação, mas também pela falta de sensibilidade e empatia do profissional contratado (Truylio & Biasus, 2020).

um feminismo que abjura por completo a crítica política do desejo tem pouco a dizer sobre as injustiças da exclusão e da falta de reconhecimento sofridas pelas mulheres que provavelmente mais precisam do feminismo. A questão, então, é como habitar o lugar ambivalente onde reconhecemos que ninguém é obrigado a desejar ninguém, que ninguém tem o direito de ser desejado, mas também que ser ou não alguém desejado é uma questão política, em geral respondida por mais padrões gerais de dominação e exclusão.” (Srinivasan, 2021, p. 123)

Se, por um lado, a postura do rapaz que Yuma contrata para vivenciar sua tão aguardada “primeira vez” pode ser lida como capacitista, na medida em que transmite a mensagem de que aquele corpo que estava à sua frente, por ser de uma mulher com deficiência, seria “defeituoso”, “repugnante” ou “inadequado” à atividade sexual (Mello & Gavério, 2019); por outro, a reação de Yuma face a esse posicionamento demonstra que esse mesmo corpo não era por ela percebido como um obstáculo à busca por uma existência plena de significado. Uma existência da qual certamente fazia parte o exercício da sexualidade, mas também o trabalho de criação artística como desenhista de mangás, a construção de relacionamentos amorosos, familiares e de amizade etc. Isso porque não era a “linguagem do déficit” (Amorim et al., 2021), mas sim “o idioma da transgressão, da desobediência ao olhar social que fataliza a deficiência” (Nogueira, 2019, p. 80) que Yuma empregava em sua relação com o mundo. E tudo isso, vale destacar, estando inserida numa sociedade como a japonesa. Lembremos que o Japão atual, apesar das diversas transformações ocorridas em sua estrutura social ao longo das últimas décadas e que contribuíram para abalar a ideologia dominante referente ao lugar social destinado às mulheres, ainda é marcada por forte divisão de funções sociais por gênero, perpetuando o binômio dominação masculina/subordinação feminina (Grossi, 2004). Assim como outras nações, o país passou por uma reforma jurídica após a segunda guerra mundial que garantiu, em lei, maior igualdade entre homens e mulheres, mas os padrões patriarcais permaneceram ditando o modo como grande parte das instituições tradicionais (família e escola, principalmente) se organiza, assim como a existência de oportunidades, expectativas e remuneração diferenciadas, conforme o gênero, no mercado de trabalho. Associado a isso, temas como violência e consentimento sexual, direitos humanos das mulheres e cidadania feminina seguem cercados por tabus e são pouco debatidos (Ribeiro, 2021). Situações relativamente recentes, divulgadas na mídia internacional, envolvendo juízes japoneses que - mesmo tendo reconhecido a ocorrência de relações sexuais não pactuadas nos casos por eles analisados, acabaram absolvendo os agressores sexuais por considerarem que “as vítimas poderiam ter oferecido mais resistência ou que a intencionalidade do abuso não ficou provada” - geraram comoção e protestos, com participação majoritariamente feminina, pelas ruas do país¹⁵ (EFE-R7, 2019).

Cabe refletirmos sobre a ocorrência de situações desse tipo também no Brasil contemporâneo, que guarda similaridades com o Japão¹⁶, mas dele difere em muitos aspectos. Nesse diapasão, trata-se de problematizar o contexto sócio-histórico e político nacional tendo em vista o fato que nele estão inseridas as narrativas das mulheres que participaram de nossas pesquisas, entre outras mulheres brasileiras com deficiência.

Um ponto que precisa ser destacado sobre esse contexto é que, ainda que avanços significativos na redução da pobreza/melhoria das condições socioeconômicas da população tenham sido efetivados nas duas últimas décadas, principalmente, o Brasil segue sendo um território marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e de gênero, o que implica que, na prática, nem todo/x/as o/x/as brasileiro/x/as possuem os mesmos direitos e oportunidades. Se focalizarmos o caso das mulheres com

15 Cabe lembrar que o Japão ratificou, em 1985, a Convenção de Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (do inglês, CEDAW), proposta pelas Nações Unidas em 1979, comprometendo-se a realizar mudanças estratégicas condizentes com os preceitos nela defendidos tanto no ordenamento jurídico e político, como nas esferas, econômica, educacional, laboral, entre outras. Atualmente, esta convenção possui adesão de mais de 180 países (incluindo o Brasil).

16 Sucintamente, podemos afirmar que ambos são países de economia capitalista neoliberal, nos quais o *patriarcado*, o capacitismo e o *sexismo* tomam parte na cultura e influenciam a forma como a sexualidade é significada e vivida, assim como a experiência da deficiência.

deficiência que vivem em situação de pobreza no país, por exemplo, veremos que elas experimentam essa realidade defrontando-se com vulnerabilidades entrecruzadas distintas das vividas pelas mulheres que participaram de nossas pesquisas (oriundas de camadas médias e que vivem sob condições socioeconômicas mais favoráveis) e a própria Yuma (*‘37 segundos’*). Às mulheres com deficiência em situação de pobreza resta enfrentar situações como as que até aqui relatadas a partir de dados extraídos de nossas pesquisas e da análise do filme (comuns às mulheres com deficiência), mas também outras, associadas a privações materiais e à falta de acesso a bens e serviços (saúde, educação, segurança, moradia, emprego etc.). Nesse caso, o usufruto de seus direitos fundamentais pode ficar comprometido, pois há prejuízo no acesso a informações e oportunidades (de participação social e política, de qualificação profissional, de formação etc.) que as ajudariam a conhecer os próprios direitos, se empoderar para enfrentar sentimentos de medo e impotência ou mesmo situações de violência, discriminação, abuso físico e psicológico.

Frequentemente, essas mulheres esbarram em barreiras pessoais e sociais ao buscarem identificar e realizar suas necessidades e desejos, justamente pela falta dos recursos simbólicos e materiais que poderiam lhes fornecer suporte para tanto. Mas essa é uma questão não restrita à realidade brasileira: segundo o relatório sobre a situação mundial das pessoas com deficiência, a autonomia dessas mulheres vem sendo sistematicamente negada em diversas localidades pelo mundo nas quais elas se encontram sujeitas a situações como confinamento forçado em instituições e esterilização involuntária (WHO, 2012).

Outro ponto a se levar em conta numa análise como essa é o fato de, no contexto nacional, a luta pelos direitos das mulheres tem se mostrado historicamente desafiada pelo legado da colonialidade e suas repercussões na configuração das estruturas de poder que insistem em perdurar, estando as questões de gênero atravessadas e emaranhadas nas de classe, raça e sexualidade. Em seu conjunto, elas comporiam um traçado que acompanha a nossa história enquanto país latino-americano e em desenvolvimento, nação colonizada e cindida em múltiplas regiões, culturas e etnicidades, dentre outras facetas (Ferrara & Carrizo, 2021).

A forma como a deficiência foi construída e significada socialmente ao longo dessa história, em articulação com as questões de gênero, raça, classe etc., contribuiu para perpetuar desigualdades e injustiças, já que inúmeras barreiras (físicas e psicossociais) foram sendo edificadas em torno das pessoas com deficiência, em função de visões estigmatizadoras, calcadas em um discurso patologizante, assim como da distribuição desigual de recursos simbólicos e materiais.

Diante desse quadro, fica patente a conclusão de que a “politização da questão da deficiência” no Brasil, como em muitos outros países, precisa avançar mais do que avançou até o momento. A ampliação do debate social e acadêmico sobre o tema é um dos caminhos que podem contribuir para esse processo, mas outros precisam também ser trilhados, como bem pondera Fernando Fontes (2019, p. 133). Ao analisar o caso de Portugal, este autor identifica que faltou a criação de alianças e “unicidade de ação” entre o movimento feminista e o movimento de pessoas com deficiência, naquele país, para que o debate das questões das mulheres com deficiência se fortalecesse. Criar essas articulações, fomentando o diálogo entre participantes de diferentes movimentos sociais e com a sociedade mais ampla mostra-se, como ele mesmo conclui, fundamental. Isso vale, guardadas as devidas diferenças, também para o Brasil. Caso contrário, continuaremos constatando a invisibilização das diversas opressões (socioeconômicas, sexuais, de gênero etc.) que atingem as pessoas com deficiência, assim como o enfraquecimento da luta contra suas manifestações e consequências (Fontes, 2019).

Está posta, ainda, a necessidade de continuarmos investindo no desenvolvimento de teorias que nos auxiliem a interseccionar gênero, sexualidade e deficiência. Sem ignorar as tensões existentes entre teorias feministas e da deficiência, também nesta relação entre diferentes, a potencialidade heurística e política do diálogo deve ser considerada. Afinal, uma reinvenção das teorias feministas em direções inauditas pode ocorrer com sua abertura às múltiplas experiências das mulheres com deficiência física; O mesmo podendo ocorrer com os estudos sobre deficiência, dependendo do lugar e da importância que conferirem às questões de gênero ao considerarem as experiências das pessoas com deficiência (Clímaco, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência e a sexualidade são fenômenos complexos, relacionados a fatores dinâmicos e multifacetados. No caso das mulheres com deficiência física, especificidades como as relacionadas às desigualdades de gênero e suas consequências cotidianas para a vida de quem as enfrenta de um lugar subalternizado, interferem na forma como a sexualidade é significada e vivida, chegando a ocasionar, em muitos casos, a vivência de situações de isolamento, dominação, discriminação e exclusão.

O filme ‘37 segundos’ nos apresenta uma fração desse universo, explorando a intersecção entre as duas temáticas a partir do olhar de uma jovem mulher com deficiência física que se entrega, ao longo da trama, a um movimento de (re)invenção de si, à medida em que se desafia e é desafiada a viver diversas experiências novas, incluindo a iniciação sexual.

Ao longo do presente artigo, nos dispusemos a pensar como a visão normalizadora sobre a intersecção sexualidade e deficiência, vigente em nossa sociedade, tem incidido e repercutido na vida de mulheres com deficiência física. O que nos oportunizou avaliar diversas situações retratadas no filme, como próximas a experiências que nos foram relatadas nas investigações empíricas com esse público, as quais conduzimos em dois momentos diferentes no decorrer dos últimos quatro anos. Tanto a personagem Yuma, protagonista do filme, como as mulheres com quem dialogamos revelam o quanto a relação por elas estabelecida com a sexualidade é marcada pelos discursos normatizadores que pesam sobre seus corpos ditos deficientes e como isso repercute na produção de subjetivações nos/a partir dos diversos intercâmbios sociais que travam ao longo de suas vidas. Não obstante, foi possível constatar, a partir da análise fílmica realizada e seu cotejamento com os dados empíricos, que esses discursos influenciam, mas não determinam de forma absoluta, o modo como essas mulheres percebem a si mesmas, seus corpos e suas potencialidades como sujeitos de desejos e de direitos, inclusive sexuais. A emergência de práticas de liberdade e resistência face a forças opressivas variadas vivenciadas por Yuma foi ricamente ilustrada no filme como parte da história da personagem, revelando, ao mesmo tempo, suas vulnerabilidades e sua potencialidade política.

A potencialidade política do cinema foi também evidenciada, mostrando que essa forma de arte pode contribuir para a visibilização e problematização da dominação, exclusão e sofrimento subjetivo a que estão expostas as mulheres com deficiência do mundo inteiro (brasileiras, japonesas, angolanas, mexicanas, entre outras), nas sociedades biopolíticas atuais. Urge pensarmos com sensibilidade e dedicação essas questões, uma vez que situações como as retratadas no filme, envolvendo o ambiente doméstico e o espaço público (contextos formativos, laborais, de lazer etc.) afetam diretamente a maneira como é experienciado o exercício pleno da autonomia social e sexual e, mais amplamente, da cidadania por parte dessas mulheres.

Destarte, futuros estudos construídos a partir da análise de outras produções cinematográficas, bem como de outras mídias digitais (séries e telenovelas, por exemplo), podem revelar *insights* críticos fecundos sobre o tema. O mesmo podendo ocorrer com as contribuições provenientes de novas pesquisas empíricas que explorem a investigação da temática junto a um número maior de sujeitos, contemplando a abordagem de especificidades relacionadas a diferentes pertencimentos étnicos/raciais, origens sociais, identidades/orientações sexuais, tipos de deficiência (para além da física, aqui enfocada). Como em nossos trabalhos a seleção da amostra dos sujeitos foi feita com base na técnica “Bola de Neve”, seria interessante recorrer-se a outros métodos em novas investigações, de modo a acessar participantes que não compartilham as mesmas redes de relações sociais (círculo social), o que favoreceria a composição de uma amostra mais representativa da população estudada.-

Por fim, a discussão aqui encetada nos conduz a pensar e a convidar a pensarmos todx/a/os juntx/a/os o papel que pode ser cumprido pelos debates acadêmicos e sociais que contemplam a intersecção gênero, sexualidade e deficiência, no sentido de contribuir para que as vozes, os corpos e as experiências dessas mulheres não continuem sendo fixados no lugar de subalternização que os discursos normalizadores, mas também a colonialidade do saber, do poder e a de gênero (Lugones, 2014), insiste em posicioná-los.

REFERÊNCIAS

- 37 Segundos** (2020). Mitsuyo Miyazaki (dir. & rot.) [Filme, 115 min., drama, son., color, legendado]. Knockonwood.
- Amorim A. C., Costa L. S., Gertner S. C. B., Feminella A. P., & Bernardes V.** (2021). A linguagem como operadora do déficit na cultura: O viés capacitista na saúde e educação. *Research Society Development* 10(9), e21210917889. [10.33448/rsd-v10i9.17889](https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.17889)
- Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE** (2007). *Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência*. CORDE, SEDH.
- Butler, J.** (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J.** (2010). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 151-172). Autêntica.
- Butler, J.** (2018a). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Butler, J.** (2018b). *Deshacer el Género*. Paidós.
- Butler, J.** (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. n-1 Edições; Crocodilo Edições.
- Carvalho, A. N. L. & Silva, J. P.** (2021). Sexualidade das Pessoas com Deficiência Física: uma Análise à Luz da Teoria das Representações. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27(198), 529-544. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0198>
- Cellard, A.** (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 2010-2013). Vozes.
- Clímaco J. C.** (2020). Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. *Ver. Estud. Fem.*, 28(1), e54235. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n154235>
- Collins, P. H.** (2015). Intersectionality’s Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, 41, 1-20.
- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2007). *Decreto n. 6.949*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- Dantas, T. C., Silva, J. S. S., & Carvalho, M. E.** (2014). Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(4), 555-568. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400007>
- Diniz, D.** (Org.). (2010). *Deficiência e discriminação*. Letras Livres.
- EFE – R7** (2019, 12 de maio). Japão, o país onde o consentimento sexual não significa nada. <https://exame.com/mundo/japao-o-pais-onde-o-consentimento-sexual-nao-significa-nada/>
- Ferrara, J. A. & Carrizo, S. L.** (2021). Caminhos para um feminismo decolonial. *Cadernos Pagu*, 62, e216229. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620029>
- Ferrari, W., Peres, S., & Nascimento, M.** (2018). Experimentação e aprendizagem na trajetória afetiva e sexual de jovens de uma favela do Rio de Janeiro, Brasil, com experiência de aborto clandestino. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2937-2950. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.11312018>
- Finger, A.** (1992). Forbidden fruit. *New Internationalist*, 233, 8-10.
- Fischer, R. M. B.** (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 197-223. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>

- Fontes, F.** (2019). O movimento de pessoas com deficiência em Portugal: características, impactos e interseccionalidades. In A. C. Santos et al. (Orgs.), *Mulheres, sexualidade e deficiência: os interditos da cidadania íntima* (pp. 113-142). Edições Almedina.
- Foucault, M.** (1986). *A Arqueologia do saber*. Forense.
- Foucault, M.** (1988). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Graal.
- Foucault, M.** (1999). *A ordem do discurso*. Loyola.
- Foucault, M.** (2001). *Os anormais*. Martins Fontes.
- Foucault, M.** (2005). *Microfísica do poder*. Graal.
- Garland-Thomson, R.** (2005). "Feminist Disability Studies". *Journal of Women in Culture and Society*, 30(2), 1557-1587. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/423352?journalCode=signs>
- Gesser, M., Block, P., & Mello, A. G.** (2020). Estudos da Deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social. In M. Gesser, G. Bock, & P. Lopes (Orgs.), *Estudos da Deficiência: antipacitismo e emancipação social* (pp. 17-35). CRV.
- Gesser, M. & Nuernberg, A. H.** (2014). Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 850-863. <https://doi.org/10.1590/1982-370000552013>
- Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F.** (2013) Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 419-429. <https://www.scielo.br/j/pe/a/cJyzHTWhMc4jKSqDRgX4LBL/?format=pdf&lang=pt>
- Gomes, C. de M.** (2020). O corpo importa: corpos falantes e a produção discursiva do sexo. *Revista Estudos Feministas*, 28(3), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n359271>
- Grossi, M. P.** (2004). *Masculinidades: uma revisão teórica* (Coleção Antropologia em Primeira Mão). PPGAS/UFSC.
- Hennigen, I. & Guareschi, N. M. F.** (2006). A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. *Psicologia da Educação*, 23, 57-74. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200004&lng=pt&nrm=iso
- Heredia-Martínez, H. L., Artmann, E., & Nascimento, M.** (2020). Desvendando barreiras de gênero no acesso de adolescentes à informação sobre saúde sexual e reprodutiva na Venezuela. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), 1-5. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00193918>
- International Union of Psychological Science - IUPsyS** (2014). *Universal Declaration of Ethical Principles for Psychologists*. Author. <http://www.iupsys.net/about/governance/universaldeclaration-of-ethical-principles-for-psychologists.html>
- Kafer, A.** (2013). *Feminist, queer, crip*. Indiana University Press.
- Kehl, M. R.** (1998). *Deslocamentos do feminino*. Imago.
- Martins, H. H. T.** (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>
- Lernen, H. S. & Cunico, S. D.** (2018). Análise dos comentários de notícias sobre violência contra as mulheres. *Estudos de Psicologia* (Natal), 23(1), 78-88. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180009>
- Laperrière, A.** (2008). A teorização enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In J. Poupart et al. (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 337- 352). Vozes.
- Lugones, M.** (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

- Magnabosco, M. B. & Souza, L. L.** (2019). Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n256147>
- Maia, A. M. B. & Ribeiro, P. B. M.** (2010). Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 16(2), 159-176. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000200002>
- Martins, L.** (2022). Resenha de filme: “37 Segundos” e a deficiência para além dos clichês. *Blog Cadeira Voadora*. <https://cadeiravoadora.com.br/37-segundos-abrindo-mao-de-estereotipos-para-falar-da-deficiencia/#:~:text=Com%20sensibilidade%2C%20o%20filme%20%E2%80%9C37,-nos%20entrega%20um%20excelente%20filme>
- Mazzotta, M. J. S. & D’antino, M. E. F.** (2011). Inclusão social de pessoas com deficiência e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde e Sociedade* (USP), 20(2), 377-389. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr-65TFs5H/?format=pdf&lang=pt>
- Mcruer, R.** (2011). Disabling Sex: Notes for a Crip Theory of Sexuality. *A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 17(1), 107-117. <https://doi.org/10.1215/10642684-2010-021>
- Mcruer, R.** (2015). Tiempos Crip: discapacidad, globalización y resistencia. In *Anais do VII Congresso de Ciências, Artes y Humanidades “El cuerpo descifrado” - Cuerpos excluidos. Prácticas corporales y discriminación*. <https://www.youtube.com/watch?v=Q6f-97Mz1SE&t=4668s>
- Mello, A. G. & Gavério, M. A.** (2019). Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film. *Anuário Antropológico*, 44(1), 43-65. <https://doi.org/10.4000/aa.3481>
- Ministério da Saúde** (2016). Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*.
- Miskolci, R.** (2016). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Autêntica.
- Moreira, M. C. N., Dias, F. de S., Mello, A. G., & York, S. W.** (2022). Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(10), 3949-3958. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07402022>
- Nogueira, C.** (2019). Biopoder e de(s)cientização feminina: opressões, riscos e expressões subversivas na afirmação do corpo-desejo. In A. C. Santos et al. (Orgs.), *Mulheres, sexualidade, deficiência: os interditos da cidadania íntima* (pp. 79-110). Edições Almedina.
- Prins, B. & Meijer, I. C.** (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100009>
- Resende, H.** (2015). A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na modernidade. In *Michael Foucault: o governo da infância* (pp. 127-140). Autêntica.
- Ribeiro, D.** (2021). Sexualidade e feminilidade: o paradoxo do movimento estético-cultural Kawaii. *Cadernos Pagu*, 62, e216213, 1-13. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620013>
- Rocha, C. B. A.** (2016). Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *Cadernos Pagu*, 43, 507-516. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645178>
- Silva I. M. M. & Truylio V. C.** (2022). Percepções de mulheres com deficiência física acerca do filme 37 segundos. Relatório de pesquisa. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), UFFS – Campus Erechim/RS.
- Silveira, R. S. & Nardi, H. C.** (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26(nspe.), 14-24.

Souza, P. F. & Furlan, R. (2018). A questão do sujeito em Foucault. *Psicologia USP*, 29(3), 325-335. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170057>

Srinivasan A. (2021). *O direito ao sexo: feminismo no século vinte e um. Todavia.*

Truylio V. C. (2018). *Vivência da sexualidade de deficientes físicos* [Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Erechim/RS.

Truylio V. C. & Biasus F. (2020). *Pessoa com Deficiência Física: vivência da sexualidade.* Edifapes. <https://www.uricer.edu.br/site/publicacoes/152.pdf>

World Health Organization – WHO & Banco Mundial (2012). *Relatório Mundial sobre a Deficiência.* Authors. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf

Histórico	<i>Submissão: 31/10/2022 Revisão: 13/11/2023 Aceite: 13/11/2023</i>
Contribuição dos Autores	<i>Concepção: IMMS Coleta de dados: IMMS e VCT Análise de dados: IMMS e VCT Elaboração do manuscrito: IMMS e VCT Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: IMMS Aprovação final do manuscrito: IMMS e VCT</i>
Financiamento	<i>Não houve financiamento.</i>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se aplica.</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>Não se aplica.</i>